



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 9 de fevereiro de 2012

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Contratos suspeitos com ONGs somam R\$ 755 milhões ..... 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> México não aceita rever acordo automotivo..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS</b> Lei dos sacoleiros entra em vigor permitindo importação pela Ponto da Amizade..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Argentina propõe ao Brasil monitorar setor automotivo..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Chineses querem evitar ampliação de conflitos comerciais, diz embaixador ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>RONDONÓTIAS</b> SUFRAMA promove evento de integração de novos servidores ..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Mantega descarta novos leilões..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>R7</b> Hugo Chávez visitará Dilma no fim de março ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>GIZ MODO</b> Nokia admite que aposta todas as fichas no Windows Phone; fábricas são fechadas, mas unidade de Manaus sobrevive ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>INTERNACIONAL</b> China não irá forçar transferência de tecnologia, o ministro do Comércio diz ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Contratos suspeitos com ONGs somam R\$ 755 milhões</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**As organizações não governamentais e demais entidades responsáveis por 305 convênios pegos na malha fina do governo ganharam prazo até 27 de fevereiro antes de entrarem na lista negra da Controladoria-Geral da União, que impedirá a celebração de novas parcerias com dinheiro público. Os contratos somam R\$ 755 milhões**

#### **Convênios sob suspeita somam R\$ 755 mi**

Valor foi repassado pelo **Governo Federal** a entidades sem fins lucrativos e não governamentais que caíram em malha fina do Planalto

MARTA SALOMON / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Os convênios da União com entidades sem fins lucrativo que caíram na malha fina do **Governo Federal** somam R\$ 755 milhões. As organizações não governamentais e demais entidades responsáveis por 305 convênios pegos na malha fina serão cobradas a devolver a verba, mas ganharam prazo até 27 de fevereiro antes de entrarem na lista de devedores da Controladoria-Geral da União (CGU), que impedirá a celebração de novas parcerias.

Ontem, o ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, enviou aviso aos ministros cobrando informações sobre os convênios considerados irregulares e dando mais dez dias úteis de prazo para o trabalho. A lista deveria ter sido apresentada no dia 29 do mês passado. A data foi fixada por decreto da presidente Dilma Rousseff editado no final de outubro, em resposta aos desvios constatados em repasses feitos a ONGs nos **Ministérios** do Turismo, Esporte e Trabalho e que levaram à demissão dos três titulares dessas pastas.

Hage disse que o governo ainda não sabe quanto dinheiro público pode ter sido desviado nesses convênios. A cobrança da devolução dos valores supostamente desviado será feita por meio de Tomadas de Contas Especiais, um processo que envolve novas fases de defesa e de recursos, por parte das entidades.

"Ainda não temos os valores do prejuízo. Só teremos isso depois de instaladas e concluídas as tomadas de contas. Temos apenas a soma dos valores brutos dos convênios que estão sob análise", insistiu Hage.

Ranking. Segundo levantamento feito pela CGU, o **Ministério** da Cultura reúne o maior número de convênios considerados irregulares. Estão sob a análise da Cultura 69 do total de 305 convênios que ainda não obtiveram aval dos ministros e que ainda teriam dinheiro a receber.

"Essa varredura era **importante**. Eu já vinha fazendo antes mesmo do decreto. Alguns convênios já encaminhamos para a CGU porque encontramos algumas irregularidades no processo. Às vezes, falta comprovação. Mas não quer dizer que foi feito de má-fé", disse a ministra da Cultura, Ana de Hollanda.

Em seguida, no ranking dos **Ministérios** com mais convênios irregulares está o **Ministério** das Cidades, com 53 parcerias que poderão ser rompidas.

O Turismo aparece logo depois na lista, com 52 convênios. Já o **Desenvolvimento** Agrário foi a pasta com o maior número de convênios considerados regulares no prazo de 90 dias estabelecido para a "devassa" determinada por decreto. O **Ministério** apresentou ao Estado números diferentes dos divulgados pela CGU e informou que só teria considerado irregulares 11 dos 159 convênios analisados.

A grande maioria dos convênios do **Desenvolvimento** Agrário tinha por objetivo prestar assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares. "O problema apresentado em todos foi não responderem às notificações para prestação de contas no prazo estabelecido", informou a assessoria do MDA.

Segundo a CGU, o fato de 917 convênios terem sido considerados regulares pelos **Ministérios** não significa que suas entidades fiquem a salvo de futuras investigações. Até ontem, dez dias depois do prazo fixado pelo decreto, apenas dois ou três **Ministérios** haviam entregue o resultado da avaliação à CGU.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>México não aceita rever acordo automotivo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Brasil alega desequilíbrio, mas mexicanos dizem que entre 2003 e 2011 acordo causou déficit de US\$ 10 bilhões ao país**

**Lu Aiko Otta / BRASÍLIA**

O México não aceita rever o acordo automotivo com o **Mercosul**, informa comunicado oficial divulgado ontem. Uma delegação de negociadores está no País desde terça-feira para uma rodada de conversas a ser encerrada hoje, mas a disposição de mudar as regras é zero.

O comunicado afirma que o Acordo de Complementação Econômica (ACE) 55, assinado em 2003, fez o **comércio** de automóveis subir de pouco mais de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 2,5 bilhões em 2011, além de desenvolver a indústria **regional** de autopeças.

"Devido à importância bilateral do ACE55, o governo mexicano não buscará renegociá-lo", diz o documento.

Apesar do claro posicionamento contrário dos mexicanos, o lado brasileiro insiste no diálogo.

"O governo mantém a disposição de renegociar o acordo( automotivo)", informou o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**.

Técnicos do **Brasil** e do México mantiveram reuniões na noite de terça e ao longo do dia de ontem. A previsão é que essa etapa seja encerrada hoje à noite. A delegação mexicana é chefiada pelo subsecretário de **Comércio Exterior**, Francisco de Rosenzweig, da Secretaria de Economia, e pelo embaixador Rogelio Granguillhome Morfin, da Secretaria de Relações Exteriores.

A reunião foi acertada na semana passada em conversa da presidente Dilma Rousseff com o presidente do México, Felipe Calderón, depois que o **Brasil** ameaçou romper de forma unilateral o acordo automotivo. A avaliação do lado brasileiro é que ele tem sido desvantajoso.

Tensão. Uma primeira proposta foi apresentada na noite de terça-feira, segundo informou ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando

**PIM**entel, que não adiantou detalhes nem participou da reunião.

**As conversas foram tensas, segundo testemunhas.**

O **Brasil** ameaçou romper o acordo com o México depois que foi registrado forte ingresso no **mercado** nacional de modelos fabricados naquele país.

Segundo **PIM**entel, é preciso encontrar meios para que nenhum dos lados apresente superávit comercial muito grande.

Uma possibilidade seria incluir no acordo ônibus e caminhões, pois os fabricantes brasileiros são competitivos nesse segmento.

Inversão. O argumento do desequilíbrio comercial, porém, não foi aceito pelos mexicanos.

No comunicado, eles lembram que o **Brasil** teve superávit no **comércio** de automóveis nos seis primeiros anos do acordo, situação que se inverteu somente a partir de 2010.


Ainda assim, alegam os mexicanos, no período de 2003 a 2011 o acordo rendeu a eles um déficit comercial de US\$ 10 bilhões.

O **Brasil** também leva vantagem no **comércio** de outros produtos.

Avaliando o **comércio** bilateral total, o déficit acumulado entre 2003 e 2011 foi de US\$ 22 bilhões, pelas contas do governo mexicano.

**Perdas e ganhos**

US\$ 2,5 bi foi o valor do **comércio** bilateral de automóveis entre o **Brasil** e o México no ano passado, de acordo com os mexicanos US\$ 10 bi foi o valor do déficit acumulado pelos mexicanos no **comércio** de carros entre 2003 e 2011

	VEÍCULO DCI - <b>COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Lei dos sacoleiros entra em vigor permitindo <u>importação</u> pela Ponto da Amizade</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**BRASÍLIA - A partir desta quarta-feira (8), os comerciantes podem importar mercadorias pela Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu (PR) a Ciudad del Este, no Paraguai, pagando menos impostos. Entrou em vigor a Lei dos Sacoleiros, que garante recolhimento simplificado de tributos e redução da burocracia na alfândega para profissionais autônomos e microempresários habilitados.**

Sancionada em janeiro de 2009, a Lei dos Sacoleiros até esta quarta-feira (08), não tinha entrado em operação porque só foi regulamentada no fim de janeiro deste ano. A lei criou o Regime Tributário Único (RTU), em que a mercadoria entra no país pagando alíquota única de 25%, percentual correspondente aos tributos federais, além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) do estado onde o comerciante está registrado.

Somente pode habilitar-se no RTU a microempresa com receita bruta anual de até R\$ 360 mil e o microempreendedor individual, trabalhador autônomo formalizado, com receita bruta anual de até R\$ 60 mil. Todos os importadores legalizados deverão estar inscritos no Simples Nacional.

As importações deverão respeitar o limite máximo anual de R\$ 110 mil, com limites trimestrais de R\$ 18 mil para o primeiro e o segundo trimestres, e de R\$ 37 mil para os dois últimos trimestres. Esse sistema não vale para as importações de armas, munições, fogos de artifício, explosivos, autopeças, cigarros, medicamentos e bebidas, alcóolicas ou não alcóolicas.

Tanto o comprador brasileiro como o vendedor paraguaio têm de cumprir uma série de procedimentos para

fazer a importação legalizada. Primeiramente, o estabelecimento vendedor no Paraguai deve estar autorizado pelo governo local a vender no regime. O lojista emite as faturas comerciais no sistema informatizado de controle da Receita Federal, e a mercadoria recebe uma etiqueta gerada pelo sistema RTU.

O comerciante brasileiro precisa efetuar o pedido de transporte no sistema informatizado, e o condutor do veículo cadastrado a operar no regime especial deve comunicar à alfândega paraguaia o início da operação. A mercadoria só entrará em território brasileiro acompanhada por um representante credenciado da microempresa.

Depois de atravessar a fronteira, a mercadoria é conferida pela aduana brasileira, que verifica se os dados da fatura correspondem aos registros do estabelecimento paraguaio. Em seguida, o representante credenciado imprime o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) para pagar os tributos federais e recolhe o **ICMS**.

Não havendo irregularidades, o bem é liberado e passa a ter livre circulação no território nacional. A mercadoria, no entanto, vem acompanhada de nota fiscal específica do RTU, que permite a venda exclusivamente ao consumidor final.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Argentina propõe ao <u>Brasil</u> monitorar setor automotivo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Relações externas

### Ideia de se criar comissão bilateral surpreende o governo

#### Sergio Leo

O governo brasileiro ainda não sabe o que fazer com uma proposta entregue ao **Ministério do Desenvolvimento**, nesta semana, pelo governo da Argentina: formar uma comissão bilateral para **monitorar** e aumentar o controle do Estado sobre a formação de preços na indústria automotiva. Após encontro da secretária do **Comércio Exterior** argentino, Beatriz Paglieri, e da ministra da Indústria, Débora Giorgi, com a secretária de **Comércio Exterior**, Tatiana Prazeres, o governo argentino anunciou que será criada uma comissão para exigir das montadoras critérios uniformes no processo de escolha dos fornecedores de peças e partes de automóvel.

Os argentinos se queixam do déficit no **comércio** com o Brasil, que chegou a US\$ 5,8 bilhões no ano passado, e cobram do governo brasileiro medidas para aumentar as compras de produtos industrializados fabricados no país vizinho. Giorgi divulgou um levantamento pelo qual o **Brasil importa**, de outras fontes, US\$ 31 bilhões em bens que também são **exportados** a outros destinos pela Argentina. A ministra argentina disse acreditar que poderiam vender pelo menos 20% desse total, em curto prazo, ao **mercado** brasileiro.

Técnicos brasileiros comentam, porém, que muitos desses produtos oferecidos pelos argentinos têm qualidade e especificações técnicas abaixo dos padrões exigidos no **Brasil** dos fabricantes nacionais - está fora de questão alterar as normas técnicas no **Brasil** para facilitar a compra de bens no vizinho. Ontem, Giorgi reuniu-se com empresários argentinos

do setor naval para explorar uma alternativa com maior viabilidade: aumentar a capacidade de **produção** na Argentina para fornecer embarcações ao setor de petróleo no Brasil.

No encontro com a missão brasileira chefiada por Tatiana Prazeres, em Buenos Aires, as autoridades argentinas garantiram que não haverá retenção de **mercadorias** brasileiras com a entrada em vigor das novas medidas de controle de **importações**. Desde 1º de fevereiro, os **importadores** na Argentina são obrigados a apresentar uma declaração antecipada com a previsão de compras a serem feitas no exterior. Segundo as autoridades argentinas, o sistema é informatizado e facilitará a manifestação dos órgãos encarregados de autorizar a entrada de produtos no país.

O governo brasileiro optou por esperar alguns dias para verificar se serão confirmadas as declarações otimistas do governo vizinho. O presidente da Afip, o equivalente argentino à Receita Federal, Ricardo Echegaray, tem garantido ao governo brasileiro e ao setor privado que não haverá necessidade de enviar um e-mail ao ministro de **Comércio** Interno, Guillermo Moreno.

A garantia de que não haverá novas exigências de licença e de que é dispensável a informação prévia a Moreno é vista com desconfiança pelo governo e pelo setor privado brasileiros. Moreno é o principal responsável por medidas heterodoxas de retenção de **mercadorias** nas alfândegas (com exigências de documentos não fornecidos por órgãos de controle argentinos, por exemplo), e, para não criar má vontade na Secretaria de **Comércio** Interno, as empresas têm enviado as informações detalhadas exigidas por ele - que tem apenas oito funcionários para processar as informações.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Chineses querem evitar ampliação de conflitos comerciais, diz embaixador</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Os chineses acreditam que os conflitos comerciais entre Brasil e China são apenas uma pequena parte da relação bilateral, mas estão preocupados em evitar que eles se ampliem, afirmou o recém-nomeado embaixador chinês em Brasília, Li Jinzhang, ex-vice-ministro de Relações Exteriores do país. Esses problemas comerciais, comparados à cooperação entre os dois países, são como um dedo das mãos, comparado aos outros nove dedos, onde tudo vai muito bem, disse o embaixador.**

Ele criticou, porém, o aumento do IPI para automóveis, que autoridades brasileiras anunciaram como maneira de barrar, principalmente, a importação, no Brasil, de automóveis chineses. Muitos países se manifestaram contra essa medida, acham que não corresponde às regulamentações da Organização Mundial do Comércio, disse o embaixador, cauteloso. Mesmo no Brasil muitas pessoas têm o mesmo ponto de vista. Li Jinzhang lembrou que montadoras da China anunciaram investimentos no país e defendeu a qualidade dos carros chineses.


As duas partes devem, em nível governamental, dar mais apoio e facilidades entre empresas dos dois países, criando um ambiente de investimento, comércio e na mídia mais amigável, sugeriu. Ele defendeu, porém, a recente regulamentação editada pela China, após reclamações de armadores chineses, que proibiu o atracamento nos portos do país de cargueiros de grande tonelagem, como os construídos pela Vale para levar minério de ferro aos clientes asiáticos. As medidas restritivas às grandes embarcações foram motivadas por exigências tecnológicas e de segurança dos portos.

O embaixador chinês acompanha as reuniões preparatórias para a segunda reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (Cosban), que, na próxima semana, discutirão um programa de dez anos para a parceria estratégica entre os dois países. Um dos principais dirigentes

chineses, o vice-primeiro ministro Wang Qishan, trará ao país uma comitiva de 50 altos funcionários chineses (e nenhum empresário) para fazer avançar as 11 subcomissões criadas entre os dois países, para tratar de temas que vão da cooperação financeira e econômica a educação e ciência.

Os trabalhos preparatórios estão correndo bem, disse o embaixador, sem dar detalhes. Na área de ciência e tecnologia, os chineses querem ampliar a cooperação já existente na produção e lançamento de satélites para programas de cooperação também em agricultura, biologia, nanotecnologia e energias renováveis. Li Jinzhang aponta, como sinal de sucesso, o forte crescimento do comércio bilateral, que, pelas estatísticas chinesas, gera resultados ainda maiores que os apontados pelo governo brasileiro: enquanto o Ministério do Desenvolvimento registra um superávit, para o Brasil, de US\$ 10,5 bilhões, as contas, na China, indicam que o comércio é superavitário para os brasileiros de US\$ 20,6 bilhões (diferença explicada, provavelmente, pela entrada de produtos chineses no Brasil que fizeram escala em outros destinos antes de serem embarcados ao país).


É ambígua, porém, a avaliação, no Brasil, sobre o resultado da cooperação com os chineses. Embora autoridades no Itamaraty considerem bem sucedidas as aproximações entre os dois governos nos temas bilaterais e haja até planos de expansão em setores como o financeiro, com ampliação das atividades do Banco do Brasil em Xangai, por exemplo, há subcomissões bilaterais, como a de cultura, que não conseguiram realizar uma reunião sequer, e há fortes queixas de empresários brasileiros contra barreiras de entrada no mercado chinês.

	VEÍCULO RONDONOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>SUFRAMA promove evento de integração de novos servidores</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nesta quinta (09) e sexta-feira (10), a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (SUFRAMA)** realiza evento para integração de novos servidores com o objetivo de proporcionar aos funcionários recém-chegados a ampliação dos conhecimentos acerca do funcionamento da autarquia. Um número total de 36 servidores deve participar do evento, sendo a maioria oriunda das unidades descentralizadas situadas nas cidades de Guajará-Mirim (RO), Porto Velho (RO), Ji-Paraná (RO), Vilhena (RO), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), e Macapá (AP).

Serão realizadas palestras sobre a trajetória da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** como modelo de **desenvolvimento** de sucesso e o processo de internamento de **mercadorias**, com ênfase no aspecto operacional. Outro destaque da programação será a palestra Conduta Ética no serviço público, a ser proferida pelo presidente da Comissão de Ética da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e instrutor/colaborador da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, Raimundo Nonato da Silva.



	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mantega descarta novos leilões</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Ministro também diz que não está em estudo a transferência de aeroportos regionais**

A concessão à iniciativa privada de outros aeroportos foi descartada ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele negou que o governo pretenda privatizar os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro (Galeão-TomJobim) e de Confins, em Minas Gerais. O ministro também assegurou que não está em estudo a transferência de aeroportos regionais para estados e municípios.

**"Vamos consolidar aquilo que está sendo feito", destacou.**

O ministro descartou ainda a possibilidade de os R\$ 24,5 bilhões obtidos pelo governo no leilão de outorgas dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Campinas serem usados para reforçar o superávit primário, que é a economia de recursos que o governo faz para pagar os juros da dívida pública. Apesar de, em tese, o dinheiro poder ser empregado na ampliação do esforço fiscal, o ministro garantiu que os recursos financiarão investimentos nos terminais aéreos do país nos próximos anos.

De acordo com Mantega, as receitas dos leilões, que irão para o Fundo Nacional da Aviação Civil, serão aplicadas principalmente na melhoria de aeroportos regionais." O dinheiro não será utilizado para pagamento de dívida ou coisa parecida. Por lei, os recursos têm de entrar na conta única [do Tesouro Nacional], mas irão para esse fundo financiar novos investimentos no setor aeroportuário, principalmente nos aeroportos regionais, que têm

rentabilidade menor e não são passíveis de concessão", declarou.

O ministro ressaltou ainda que o modelo atual de privatizações é diferente do adotado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. "A nossa concessão é diferente da praticada no governo Fernando Henrique, em que a lei estabelecia que as receitas arrecadadas com concessões e privatizações tinham a obrigação de serem usadas para pagar a dívida pública", disse.

"Nossa forma de concessão não vai para superávit primário." Recursos do leilão Pelos critérios do Tesouro Nacional, os recursos obtidos nos leilões são registrados como receitas primárias e, em princípio, poderiam ser usados para abater os juros da dívida pública. Mesmo se a equipe econômica pretendesse reforçar o superávit primário, isso só poderia ser feito a partir de 2013 porque o próprio edital da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estabelece que a primeira parcela do pagamento só será paga 12 meses depois da assinatura do contrato.

O ministro disse ainda que as empresas vencedoras serão avaliadas e que elas devem ter capacidade própria de investimento e gerenciamento dos aeroportos, apesar da ajuda do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). O banco estatal de fomento vai financiar até 80% dos investimentos previstos para ampliação e modernização dos terminais.

	VEÍCULO R7	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Hugo Chávez visitará Dilma no fim de março</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou nesta quarta-feira (8) que se reunirá "no fim de março" com sua colega Dilma Rousseff, um encontro que previa para este fim de semana, mas que foi desmentido por Brasília.**

- No fim de março, estaremos cumprindo o acordo de que a cada três meses haja reunião entre a presidente Dilma e este humilde servidor para continuar impulsionando o eixo Caracas-Brasília.

Chávez fez a afirmação acompanhado do secretário-executivo do **Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio)**, Alessandro Teixeira.

Estamos "revisando essas linhas estratégicas e elaborando a nova agenda para a visita que temos planejada - e realizaremos - no próximo mês de março", completou.

Chávez e Teixeira reuniram-se no palácio presidencial de Miraflores em Caracas para discutir nove linhas de

cooperação bilateral, especialmente nas áreas estratégica e financeira.

No último sábado, Chávez disse que em uma semana se reuniria com o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, que se recupera em São Paulo de um câncer de laringe, e também com Dilma.


**- Devo ver Lula no sábado, vamos ver Dilma e Lula.**

Apesar do anúncio, Chávez então não deu mais detalhes sobre sua viagem.

Mas nesta quarta-feira a Presidência informou que o encontro entre os dois presidentes "não está previsto para este fim de semana".

Uma fonte vinculada a Brasília afirmou que Chávez teria desistido de viajar ao Brasil.

Copyright AFP - Todos os direitos de **reprodução** e representação reservados

	VEÍCULO GIZ MODO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Nokia admite que aposta todas as fichas no Windows Phone; fábricas são fechadas, mas unidade de <u>Manaus</u> sobrevive</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Nokia acredita muito, mas muito mesmo no sucesso do Windows Phone. Victor Saeijs, chefe da divisão europeia da Nokia, disse ao jornal sueco *Dagens Industri* que a empresa não tem plano B. “O plano B é o plano A ser um sucesso”, disse. Enquanto isso, para enfrentar os concorrentes, a empresa decidiu acabar com a produção de hardware na Europa e no México. Agora o trabalho é feito apenas na Ásia e aqui no Brasil, em Manaus.

Nós já sabíamos que a Nokia acreditava muito no Windows Phone, mas é forte saber que a empresa aposta toda sua recuperação no sistema, que ainda tem dificuldades de fazer sucesso — nosso palpite é que as fabricantes acham muito caro o preço pago por aparelho à Microsoft. Saeijs ainda adicionou que “é como começar tudo de novo” e que “é preciso ter sucesso nos EUA se quisermos ter sucesso no mundo todo”.

E como enfrentar Apple e Samsung, que continuam crescendo — e muito — no mercado de smartphones e celulares? Após fechar recentemente sua fábrica na Romênia, a Nokia anunciou hoje que irá parar a produção de hardware

em suas fábricas na Europa e no México — todas elas continuarão trabalhando em produção de software, mas 4 mil funcionários já foram demitidos. A única sobrevivente no corte foi a fábrica brasileira, em Manaus, onde a Nokia está produzindo o Lumia 710.

E onde será feita a produção? Perto dos concorrentes — e no lugar mais barato do mundo, claro. A montagem de hardware será focada apenas na unidade da China — mesma terra da Foxconn, que produz aparelhos para a Apple — e na Coreia do Sul — terra natal da Samsung. A dificuldade em produzir hardware a preços ínfimos já foi apontado como um dos problemas recentes da Nokia. Veremos se a mudança será transformada em lucros para a empresa. Tudo depende do sucesso do Windows Phone, pelo visto.

	VEÍCULO INTERNACIONAL	EDITORIA	
	TÍTULO <b>China não irá forçar transferência de tecnologia, o ministro do <u>Comércio</u> diz</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**China não vai forçar as empresas estrangeiras a transferir tecnologia para empresas com seus parceiros locais, a fim de ganhar acesso aos mercados na economia mundial a segunda maior, ministro do Comércio, Chen Deming, disse.**

"O governo chinês está comprometido com a política de reforma e abertura e saúde e encoraja, como sempre, o investimento estrangeiro", disse Chen em uma resposta escrita a perguntas da Bloomberg News. "A transferência de tecnologia e cooperação tecnológica serão decididos pelas empresas de forma independente e não será utilizada pelo governo chinês como uma pré-condição para o acesso ao mercado."

Os EUA e outros parceiros comerciais chineses aumentaram as críticas às políticas de investimento do país. Presidente Barack Obama disse em seu discurso do Estado da União no mês passado que ele vai criar uma unidade de fiscalização do comércio para investigar as práticas comerciais desleais em países como a China.

Restrições e "As políticas intervencionistas" sobre questões como direitos de propriedade intelectual continuam sendo uma preocupação para as empresas americanas que operam na China, Claire Reade, o funcionário comercial dos EUA encarregado de assuntos China, disse em dezembro de testemunho ao Congresso.

Primeiro-ministro canadense Stephen Harper, a visitar Pequim nesta semana, disse que conversou com o premiê Wen Jiabao ontem sobre casos específicos em que os investimentos canadenses não estavam sendo aprovados.

#### **De comércio exterior Leis**

Em uma tradução em Inglês de seus comentários fornecidos pelo Ministério do Comércio, Chen disse que a China reviu todas as suas leis que regem o comércio exterior e assuntos econômicos logo após a adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001 e "revisto aqueles que não estão em conformidade com a OMC regras e compromissos de adesão . "

Os comentários do ministro do comércio foram feitas antes da visita do vice-presidente Xi Jinping, os EUA na próxima semana. Xi é visto por analistas, incluindo Universidade Chinesa de Hong Kong Professor Adjunto Willy Lam Wo Lap, como o provável sucessor do presidente Hu Jintao.

"Como a crise financeira se espalha e piora, todos os países são confrontados com a tarefa de promover o crescimento econômico ea criação de mais empregos", disse Chen. Maior cooperação entre os EUA ea China é do interesse fundamental de ambas as nações, disse ele.

- John Liu. Editores: Nerys Avery, Scott Lanman

Para entrar em contato pessoal Bloomberg Notícias sobre esta história: John Liu em Pequim na [jliu42@bloomberg.net](mailto:jliu42@bloomberg.net)

Para contactar o editor responsável por essa história: Paul Panckhurst em [ppanckhurst@bloomberg.net](mailto:ppanckhurst@bloomberg.net)